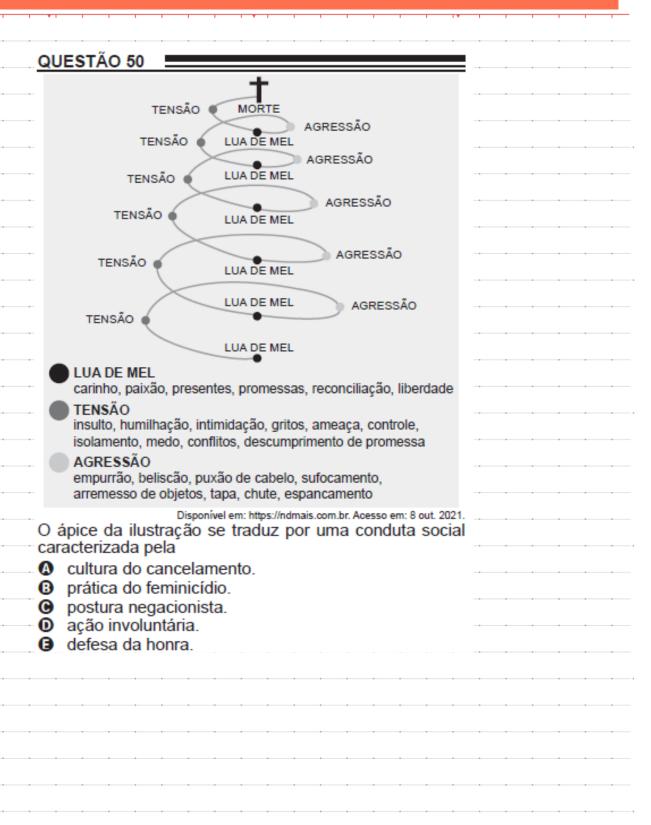
HUMANAS





A elaboração da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) partiu, em grande medida, de uma perspectiva crítica aos resultados obtidos pela criação dos Juizados Especiais Criminais direcionada à banalização do conflito de gênero, observada na prática corriqueira da aplicação de medidas alternativas correspondentes ao pagamento de cestas básicas pelos acusados.

VASCONCELOS, F. B. Disponível em: www.cartacapital.com.br. Acesso em: 11 dez. 2012 (adaptado).

No contexto descrito, a lei citada pode alterar a situação da mulher ao proporcionar sua

- atuação como provedora do lar.
- inserção no mercado de trabalho.
- presença em instituições policiais.
- proteção contra ações de violência.
- participação enquanto gestora pública.

Questão 88

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política para todos constitui-se uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira no século XX. O SUS deve ser valorizado e defendido como um marco para a cidadania e o avanço civilizatório. A democracia envolve um modelo de Estado no qual políticas protegem os cidadãos e reduzem as desigualdades. O SUS é uma diretriz que fortalece a cidadania e contribui para assegurar o exercício de direitos, o pluralismo político e o bem-estar como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

RIZZOTO, M. L. F. et al. Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes. Revista Saúde em Debate, n. 116, jan.-mar. 2018 (adaptado).

Segundo o texto, duas características da concepção da política pública analisada são:

- A Paternalismo e filantropia.
- B Liberalismo e meritocracia.
- Universalismo e igualitarismo.
- Nacionalismo e individualismo.
- Revolucionarismo e coparticipação.

Torna-se importante, portanto, salientar que as pautas econômicas dominantes não se incompatibilizavam com demandas políticas ou por garantia de direitos contra as decisões da própria Justica do Trabalho. Pelo contrário, muitas greves incluíam várias demandas de natureza distinta, e mesmo em demandas primariamente econômicas, colocava-se muitas vezes a dimensão do enfrentamento político. Em todos esses casos, confirma-se a hipótese de que direitos instituídos ou garantias das convenções coletivas, respaldadas pela Justiça do Trabalho, não significavam conquistas materiais às quais os trabalhadores tivessem acesso líquido e certo. Era preciso muitas vezes recorrer às greves para garantir direitos conquistados.

MATTOS, M. B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964).

Revista Brasileira de História, n. 47, 2004 (adaptado).

De acordo com o texto, um dos problemas com os quais as organizações sindicais de trabalhadores se defrontavam, de 1954 a 1964, era o descompasso entre

- A legislação e realidade social.
- profissão e formação técnica.
- meio rural e cidades industriais.
- população e representação parlamentar.
- empresariado nacional e capitais estrangeiros.

Questão 59 enemacas

O protagonismo indígena vem optando por uma estratégia de "des-invisibilização", valendo-se da dinâmica das novas tecnologias. Em outubro de 2012, após receberem uma liminar lhes negando o direito a permanecer em suas terras, os Guarani de Pyelito Kue divulgaram uma carta na qual se dispunham a morrer, mas não a sair de suas terras. Esse fato foi amplamente divulgado, gerando uma grande mobilização na internet, que levou milhares de pessoas a escolherem seu lado, divulgando a hashtag "#somostodosGuarani-Kaiowá" ou acrescentando o sobrenome Guarani-Kaiowá a seus nomes nos perfis das principais redes sociais.

CAPIBERIBE, A.; BONILLA, O. A ocupação do Congresso: contra o que lutam os índios? Estudos Avançados, n. 83, 2015 (adaptado).

A estratégia comunicativa adotada pelos indígenas, no contexto em pauta, teve por efeito

- enfraquecer as formas de militância política.
- B abalar a identidade de povos tradicionais.
- inserir as comunidades no mercado global.
- distanciar os grupos de culturas locais.
- angariar o apoio de segmentos étnicos externos.

Questão 60

A população africana residente nesta província, bem como a de todo o Império, compõe-se de indivíduos de diferentes lugares da África que variam em costumes e religiões; a que aqui segue o maometismo, à qual pertencemos, é uma população pequena, porém, distinta entre si, e notando a necessidade de sustentarmos nosso culto e fundados ainda no artigo 5º da Constituição do Império, requeremos ao sr. chefe de polícia licença para exercermos o culto.

REIS, J. J.; GOMES, F. S.; CARVALHO, M. J. M. O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853). São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (adaptado).

O pedido de um grupo de africanos de Recife ao chefe de polícia local tinha como objetivo, naquele contexto,

- O criticar a doutrina oficial.
- professar uma fé alternativa.
- @ assegurar a cidadania política.
- legalizar os terreiros de candomblé.
- eliminar algumas tradições culturais.

 $\sim\sim\sim$

QUESTÃO 60

Nos primeiros anos do governo Vargas, as organizações operárias sob controle das correntes de esquerda tentaram se opor ao seu enquadramento pelo Estado. Mas a tentativa fracassou. Além do governo, a própria base dessas organizações pressionou pela legalização. Vários benefícios, como as férias e a possibilidade de postular direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo.

FAUSTO, B. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002 (adaptado).

No contexto histórico retratado pelo texto, a relação entre governo e movimento sindical foi caracterizada

- A pelas benesses sociais do getulismo.
- B por um diálogo democraticamente constituído.
- por uma legislação construída consensualmente.
- pelo reconhecimento de diferentes ideologias políticas.
- pela vinculação de direitos trabalhistas à tutela do Estado.

Questão 47 lenemononenemononenemonon

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão - 1789

Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (adaptado).
Esse documento, elaborado no contexto da Revolução
Francesa, reflete uma profunda mudança social ao
estabelecer a

- Manutenção das terras comunais.
- supressão do poder constituinte.
- G falência da sociedade burguesa.
- paridade do tratamento jurídico.
- abolição dos partidos políticos.

Questão 81 enem 2020 enem 2020 enem 2020

Os seringueiros amazônicos eram invisíveis no cenário nacional nos anos 1970. Começaram a se articular como um movimento agrário no início dos anos 1980, e na década seguinte conseguiram reconhecimento nacional, obtendo a implantação das primeiras reservas extrativas após o assassinato de Chico Mendes. Assim, em vinte anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular.

ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 55, 2004.

De acordo com o texto, a visibilidade dos seringueiros amazônicos foi estabelecida pela relação entre

- O crescimento econômico e migração de trabalhadores.
- g produção de borracha e escassez de recursos naturais.
- reivindicação de terra e preservação de mata nativa.
- incentivo governamental e conservação de territórios.
- modernização de plantio e comércio de látex.

O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes de estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.

Disponivei em: http://tse.jusbrasil.com.br. Acesso em: 14 maio 2018.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a

- superação da cultura patriarcal.
- influência de igrejas protestantes.
- pressão do governo revolucionário.
- fragilidade das oligarquias regionais.
- G campanha de extensão da cidadania.

Se por um lado podemos falar de certa "influência" do feminismo nas organizações de esquerda armada a partir da admissão das mulheres nessas organizações, e de sua efetiva participação, muitas vezes de armas na mão, nos eventos, além de sua prisão, tortura e desaparecimento, por outro lado, a impressão que temos ao ler os relatos ou ouvir os testemunhos das pessoas entrevistadas é que uma "consciência feminista" apenas se deu nessas mulheres num momento posterior. Como se o contato com os movimentos e literatura feministas no exílio ou após 1975, com o Ano da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas, desse a tais mulheres palavras para expressar o que antes seria um sentimento difuso diante daquilo que lhes acontecia no cotidiano.

WOLFF, C. S. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1988-1985. Revista Brasileira de História, n. 54, 2007.

Para as mulheres apresentadas no texto, a reflexão sobre a perspectiva feminista proporcionou o(a)

- desvalorização de suas demandas na resistência.
- direcionamento da ação militante contra a violência doméstica.
- enfraquecimento da atuação nos movimentos subversivos.
- ressignificação da memória acerca do engajamento político.
- G limitação da participação das trabalhadoras em manifestações.

Questão 64 enem 2020enem 2020enem 2020

Há outras razões fortes para promover a participação da população em eleições. Grande parte dela, particularmente os mais pobres, esteve sempre alijada do processo eleitoral no Brasil, não somente nos períodos ditatoriais, mas também nos democráticos. Na eleição de 1933, por exemplo, apenas 3,3% da população do país votaram. Em 1945, com a volta da democracia, foram parcos 13,4%. Em 1962, só 20% dos brasileiros foram às urnas.

KERCHE, F.; FERES JR., J. Um nobre dever. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 109, out. 2014.

- O baixo índice de participação popular em eleições nos períodos mencionados ocorria em função da
- A adoção do voto facultativo.
- exclusão do sufrágio feminino.
- interdição das pessoas analfabetas.
- exigência da comprovação de renda.
- influência dos interesses das oligarquias.

A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em cada um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.

TABAK, F. Mulheres públicas: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de

- A leis de combate à violência doméstica.
- O cotas de gênero nas candidaturas partidárias.
- programas de mobilização política nas escolas.
- propagandas de incentivo ao voto consciente.
- apoio financeiro às lideranças femininas.

GABARITO H22 7 - E 4 - A 1 - B 2 - D 3 - C 5 - E 6 - B 8 - D 9 - C 10 - E 11 - D 12 - C 13 - B